

As (I)Limitações da Pesquisa Histórica em Educação

Eduardo J Z Ayala

Martha A. Zevallos

Resumo

Em termos gerais, este trabalho se deriva da necessidade de compreender o significado irrestrito da pesquisa histórica. Assim, questões relativas ao próprio conceito, às abordagens, aos fatos do passado e às fontes e suas respectivas críticas, fizeram parte de um todo que foi visto com uma curiosidade reconceitualizante. A partir desse intuito se traçou o objetivo maior que norteou os passos deste estudo: delinear as características teórico-metodológicas da inquirição histórica entendida como uma atividade de autêntica reconstrução do passado.

Palavras-chaves: Pesquisa histórica – Pesquisa em ciências sociais – Pesquisa em história da educação

Abstract

Basically, the purpose of this paper focuses the need of understanding the unstricted meaning of historical research. So, subjects leading with concepts, approaches, facts of past and sources (including its critics) were analyzed using reconceptualization procedures. Following this rational it was possible to have a clear perception of theoretical and methodical features of inquire in history as a serious reconstruction of past.

Key Words: Historical research, Research in social sciences, Research in history of education.

Believe in me
Because I don't believe in anything
And I want to be someone to believe.

Counting Crows
"Mr Jones" in August and everything

1. A narrativa histórica: ciência ou ficção?

Em termos gerais, assume-se, aqui, que a função básica da pesquisa histórica consiste em estudar, sistematicamente, os fatos sociais considerados significativos para a humanidade e a cultura universal. Apresentar um argumento sobre o passado pressupõe a descoberta e a interpretação dos indícios que deram origem aos atributos de um povo. Para tanto:

A ignorância de fatos econômicos e políticos simples, assim como esta tendência a "personalizar" os fatos, isto é, identificá-los com algum indivíduo, ou " chefe" famoso, distorce a possibilidade explicativa da História. Esta distorção se produz precisamente naqueles casos em que também seriam importantes a reflexão e a informação sobre as relações e situações suprapessoais (BOGGIO et. al., 1973:61).

O produto da investigação, então, deve ultrapassar a simples narrativa cronológica e periodizada das realizações, supostamente, conduzidas por protagonistas de notável relevo. Uma atitude pessoal marcante é, por via de regra, a natural decorrência da permanente transformação social. Nada acontece isoladamente. Todo ato gerado pelo homem é a espontânea culminância dos desígnios de uma coletividade envolvida em ações concretas, reais, tangíveis... Questões econômicas, políticas e ideológicas (cultura e religião) devem ser examinadas cuidadosamente, visto que a interação delas condiciona as variações dos eventos humanos, fazendo-os singulares em veemência e repercussão.

O tema do pesquisador da história situa-se no passado. Aí estão todos os fatos que são objeto da sua curiosidade científica. É inquirindo essa época que se alcança a descoberta e, desta, a revelação do que houve num lugar e tempo precisos.

Ao passado apelaram todos os visionários: os profetas, os utopistas, os filósofos da história. Esta apelação não está vedada ao historiador, senão lhe é exigível. O passado, realmente, é indagado pelo historiador desde a instância subjetiva do presente, porém projetando essa indagação para o futuro (ROMERO, 1988: 23).

É na *instância subjetiva do presente* onde se desenvolve a atividade investigativa. Nela, efetua-se o julgamento dos acontecimentos que, noutrora, criaram pautas de conduta, monumentos seculares, embates devastadores, visões de mundo de todo tipo, concepções estéticas das mais variadas... Deste modo, a pesquisa histórica define-se como um trabalho metódico de busca, no presente, para compreender e dar significado à vida vivida. Nem o presente nem o futuro possuem imagem própria. O primeiro é uma experiência *in processu*: vida em curso. Já, o segundo não passa de uma mera virtualidade: vida a ser vivida. Contudo, ambos representam uma permanente possibilidade histórica, isto é, passíveis de responder com particulares circunstâncias do passado.

Se o papel do historiador consiste em descobrir e explicar o que foi que realmente aconteceu, não há dúvida que o fará tendo como referência o campo de significados da sua própria cultura. As dimensões significantes de um fenômeno social, nesse caso, sujeitam-se à interpretação eclética. Os homens e as suas criações tornam-se fontes de uma historiografia que registra um pretérito que oscila entre o singular ou personalista (gênios, obras primas) e o contextual ou holístico (ações coletivas). Então, qual é a história verdadeira? Não há dúvida: a ideologicamente tolerada, mais conhecida como história oficial, aquela que de edição em edição sofre acômodos e reacômodos, acompanhando o compasso do vaivém dos grupos governantes dos países. A propósito, VERISSIMO na sua exposição memorialística, ilustra magistralmente essa prática:

Em 1937 a editora exigiu a maior e melhor parte de meu tempo. Nesse ano publiquei um pequeno livro para crianças, **As Aventuras de Tibicuera**. Meu objetivo fora contar, paralelamente com as proezas dum índio imortal, as aventuras do Brasil. A coisa acabou sendo uma ficção duma ficção, uma vez que tomei como base a versão oficial escolar da História do nosso país. A História verdadeira de qualquer nação do mundo jamais poderá ser contada (1975: 263).

O sistema educacional de todas as latitudes tem o singular hábito de veicular, sub-repticiamente, por intermédio dos programas escolares, uma

específica normativa oficial. Por detrás do currículo explícito, há um outro oculto e subentendido. O primeiro, legítima e inculca os valores que se derivam das expectativas do grupo hegemônico, seja qual for o preceito ideológico que este professe; o outro, pela sua inconveniência, é banido do espaço do saber. As disciplinas da área de ciências sociais, e entre elas a História, são passíveis de sofrer alterações capciosas para justificar os interesses mais escusos da classe dominante. Esta subserviência do conteúdo de ensino torna apócrifo o conhecimento e alienada a aprendizagem. O ceticismo de Veríssimo sobre o conhecimento indubitável da *História verdadeira* é compreensível. A *versão oficial escolar da História do nosso país* apresenta-se nos livros didáticos como algo mítico, épico, grandioso demais, bastante afastada do cotidiano dos homens e precariamente próxima da ficção literária.

Portanto, se a indagação desemboca numa historiografia que para ser aceita depende do reconhecimento ideológico, ela corre o aparente risco de perder seriedade científica perante aqueles com convicções diferentes. Para estes a história verdadeira é outra, enquanto que a oficial não vai além de uma simples narrativa ficcional. Porém, quem garante que a outra história não-oficial é a verdadeira? Esta controvérsia, Bismarck, parece tê-la resolvido com a seguinte frase: *O principal é fazer história, não escrevê-la.*

Muitos narradores com disposição para a prosa literária preferem ser chamados de contadores de histórias e não de romancistas. A propósito, o prefácio de *Lázaro* aponta nessa direção:

Esta é uma história que combina o imaginário e o real. O narrador tem alterado nomes, personagens e situações de acordo com as exigências da sua tarefa, mas os fatos que aparecem aqui são históricos... Esta é uma história que se desenvolve no Perú... Esta é uma história da revolução do povo... Esta é uma história americana do forte e o débil, do amor e o ódio, da violência e a esperança, da agonia de existir ao acaso, da injustiça da justiça, do abatimento e a ressurreição, da morte e a vida... Dito o dito, a história, pode ser contada (ALEGRÍA, 1973: 17).

Alegría, nesse breve prólogo, utiliza seis vezes o termo *história*, nenhuma vez as palavras ficção, prosa, narrativa ou romance. Para designar a natureza literária da sua obra utiliza uma vez o vocábulo *imaginário*; no entanto, resiste explicitamente em admitir que ela (sua obra) se desenvolve no plano ficcional. Diz que tem feito *alterações* em alguns componentes do enredo, porém não deixa de salientar que os *fatos... são históricos*, conseqüentemente reais. A este respeito, Balzac afirmava que a ficção era *a história privada das nações*. Pois é, parece que não lhe faltava razão. Não

obstante, quando o escopo do debate é o alcance da *ciência do passado*, a prudência de Ricoeur parece ser a mais aconselhável:

A história e a ficção referem-se ambas à ação humana, embora o façam na base de duas pretensões referenciais diferentes. Só a história pode articular a pretensão referencial de acordo com as regras de evidência comum a todo o corpo das ciências... as narrativas de ficção podem cultivar uma pretensão referencial de outro tipo, de acordo com a referência desdobrada do discurso poético. Esta pretensão referencial não é senão a pretensão de redescrever a realidade segundo as estruturas simbólicas da ficção (Apud DE DECCA, 1998: 18).

Embora a investigação histórica se realize no terreno da *evidência*, é impossível que ela venha a estabelecer certezas sobre o acontecido. O máximo que a historiografia tem a oferecer é uma narrativa que tenda à redução das incertezas. A prosa literária, por outro lado, refere-se à realidade recorrendo às *estruturas simbólicas da ficção*, ou seja, a trama de um romance ou um conto, possuem formas inerentes a sua elaboração. O *flash back*, o monólogo interior, a identidade relator-personagem, o recurso à fantasia ou ao realismo são, por exemplo, alternativas que outorgam uma enorme flexibilidade ao trabalho do narrador. Ele se sente a vontade para relatar o acontecido sem recorrer às amarras científicas da inquirição histórica. Permite-se todos os malabarismos e irreverências com a realidade. Em *A festa do bode*, Vargas Llosa retrata com extraordinária habilidade os trinta e um anos de tirania do generalíssimo Rafael Leonidas Trujillo Molina, ditador da República Dominicana de 1930 a 1961. Esse romance, além de reunir todas as técnicas narrativas, é, sem sombra de dúvidas, fruto de uma acurada pesquisa documental. Surpreendentemente, aproxima-se dos acontecimentos com maior veemência que as biografias e os tratados de história publicados, até hoje, sobre os atos desse hipnótico personagem. Quiçá, em virtude disso, o referido escritor peruano, afirme que *a literatura conta a história que a história que escrevem os historiadores não sabe nem pode contar* (VARGAS LLOSA, 1996:13).

2. Sobre as abordagens: é possível um pluralismo sem dialeticidade?

Para Mannheim, todo conhecimento histórico estabelece-se numa visão radical do historicismo relativista, pois

não existe nenhuma afirmação sobre a história na qual não penetre a posição filosófico-histórica do sujeito observador. Esta posição, por sua vez, depende de (ou está vinculada a) certas camadas sociais e sua dinâmica. Estas diferentes representações da história (*Geschichtsbilder*) não são contraditórias: elas circundam o mesmo objeto a partir de posições diversas (Apud LÖWY, 1988:77).

De fato, o relato histórico é, afinal de contas, a conseqüência lógica de uma opinião. É o produto de uma cognoscibilidade valorativa dos eventos sociais. Assim, se um ajuizamento se efetua sob o cânon do positivismo objetivo e neutro; o que fazer? Muito simples, resta-nos a prerrogativa de concordar ou não com ele. Este critério também é extensivo a outros enfoques. A dialética do materialismo histórico que se fundamenta no economicismo dos modos de produção ou a interpretação subjetiva, relativista, polissêmica e sempre inacabada são, por exemplo, igualmente viáveis na reconstituição e na compreensão das realizações humanas. A moderna Escola Francesa dos *Annales* é outra instigante abordagem por ser entendida como uma

revolta contra a estreiteza da história positivista e a abertura de novos caminhos para o conhecimento das sociedades utilizando-se de ciências afins. A sociologia, a antropologia, a demografia foram as disciplinas que mais contribuições metodológicas trouxeram, mas também a psicologia social, a psicanálise e a lingüística têm, freqüentemente, dado suporte a autores e temáticas da nova história. Daí a utilização de novas fontes, a ampliação destas e o recurso ao que fora desprezado pelos historiadores tradicionais (PEIXOTO, 1990: 48).

Esta proposta, muito em voga nos dias de hoje, traz, sem dúvida, uma contribuição salutar. Amplia, com o recurso interdisciplinar, a percepção metódica do *modus vivendi* dos mais diversos povos e suas correspondentes gerações. Isto, porém, não significa que tal Escola possua, em definitiva, a única visão plausível. É, isso sim, mais um novo procedimento que não invalida a adoção de outras correntes investigativas.

Contudo, a solução eclética pura e simples, entendida como justaposição de diversos procedimentos de busca, sem antagonismo nenhum, não é a mais adequada. Ou, então, a síntese de posições diferentes, supostamente sensata, não conduz, efetivamente, a uma sisuda interpretação histórica. Quem pensa ao contrário divaga na simplicidade das boas intenções, quando não da ingenuidade. Convívio apático e fusão de visões diferentes, até conflitantes, é pura quimera, uma burda quebra da

dialeticidade, da polêmica que engendra toda dúvida científica: gênese e razão de ser de qualquer pesquisa.

Quando Mannheim afirma que posições diversas *não são contraditórias*, cogita, *ipso-facto*, que qualquer narrativa histórica insere-se na verdade do acontecido, sem dar margem a versões adversas e instalando, assim, o monismo da síntese consensualista. Acredita-se que melhor seria estimular o debate edificante das diferenças metodológicas. Ver no pluralismo o acesso à abertura gnosiológica, preservando, destarte, a luta permanente dos contrários. Nas ciências sociais não há lugar para a similaridade de percepções mas, sim, para a diversidade que resulta da prática controvertida da apreensão da dinâmica do mundo dos homens.

O homem não tem natureza, o que tem é história; porque história é o modo de ser de um ente que é constitutivamente, radicalmente, movimento e mudança. E por isso não é a razão pura, eleática e naturalista a indicada para entender o homem (...) O homem é "um desconhecido" e não é nos laboratórios onde será identificado. Tem começado a hora das ciências históricas! A razão pura tem que ser substituída por uma razão narrativa. O homem é hoje o que é porque ontem foi outra coisa. Ah! Então, para entender o que hoje é basta com que nos contem o que foi ontem. Basta com isso e aparece transparente o que hoje estamos fazendo. E essa razão narrativa é "a razão histórica" (ORTEGA y GASSET, 1983: 121-122).

Para Ortega e Gasset, nesse caso, captar a realidade das coisas em estado constante, ajusta-se mais às pretensões das ciências naturais. Na física, a química ou a biologia se observa uma realidade invariável com o intuito de detalhar as suas características. O imperativo da *razão pura, eleática e naturalista*, por conseguinte, baseia-se na tese da *unidade e imobilidade absolutas do ser*; condições essenciais para o delineamento do feito particular do objeto em estudo. Por outro lado, a *razão histórica* se processa pela *razão narrativa*. Relatar o *movimento e a mudança* acerca da vida dos homens de ontem, implica entender o presente e, possivelmente, vislumbrar o futuro. O ser humano e suas realizações constituem uma dualidade em transformação permanente, o que ele é e faz hoje revela, unicamente, o natural prosseguimento da obra das gerações que o antecederam.

É mais que notória a acentuada afinidade entre a *razão eleática* e o método científico das ciências naturais e exatas. Este, quando utilizado na pesquisa social, carrega o distintivo da atualmente denominada abordagem quantitativa que

apresenta três características básicas: primeiro, defende o dualismo epistemológico, ou seja, a separação radical entre o sujeito e o objeto do conhecimento; segundo, vê a ciência social como neutra ou livre de valores; e terceiro, considera que o objetivo da ciência social é encontrar regularidades e relações entre os fenômenos sociais (SANTOS F^o, 1997: 23).

Doutra parte, a razão histórica de Ortega e Gasset está balizada pelas categorias do procedimento científico da chamada abordagem qualitativa. Ela mantém uma maior sintonia com os caracteres das ciências sociais e humanas e, portanto, da história, o direito ou a educação. Não existe distância alguma entre o sujeito-pesquisador e o objeto do conhecimento; ao contrário, ambos preservam a unicidade epistêmica. O ser humano é, simultaneamente, sujeito e objeto da investigação ou, como diz Smith, é o estudo de nós mesmos (Apud op.cit: 25). A indagação sistemática sobre o passado não envolve a busca de leis, mas, fundamentalmente, de uma compreensão profunda das idiosincrasias dos mais diferentes povos que habitaram este mundo.

Embora haja uma certa coerência nas colocações acima expostas, não é aconselhável seguir ao pé da letra esse desiderato. A bifurcação do paradigma quantitativo-qualitativo não vai além de um raciocínio simplista. Essa tentativa dicotomizante pretende instalar um dualismo apócrifo e estereotipado (objetivo/ subjetivo, explicativo/compreensivo, normativo/prescritivo, factual/valorativo, dedutivo/indutivo, etc.) e, desta forma, desagregar a reflexão da mensuração. Qualquer abordagem, enfoque ou método de investigação científica contém ingredientes factuais e valorativos. Não existem pesquisas exclusivamente quantitativas nem qualitativas. Há, sim, pesquisas mais quantitativas do que qualitativas e vice-versa. Até nossos dias, ninguém demonstrou com limpidez meridiana o limite entre ambas. A indagação mais eleática e naturalista não se livra dessa afirmação. Veja-se um caso: uma acadêmica do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), efetuando uma observação assistemática no setor pós-operatório de pequenos animais, concluiu que o antídoto bloqueia com maior rapidez a patogênese quando o procedimento curativo vai além da dosagem medicamentosa. No momento em que se fala em rapidez ou dosagem recorre-se a categorias de tempo e proporção, isto é, quantitativas. Porém, ir a além da simples prática clínica indigita, sem dúvida alguma, horizontes conceituais tipicamente qualitativos como cuidados especiais ou afeto perseverante pelo animal em convalescença.

No cotidiano da educação escolar, uma atividade tida como predominantemente qualitativa, apesar das inúmeras tentativas para

desquantificar o processo comprobatório da aprendizagem (avaliação emancipatória, qualitativa, mediadora, do ato do amor...), o que realmente se conseguiu foi consolidar o significado de medida; da contraposição entre o adequado e o inadequado, do mais e o menos; gerando, assim, uma estatística oscilatória entre esses dois pólos (escalas nominal e ordinal). Sabe-se que as tradicionais notas e conceitos não traduzem, de fato, o verdadeiro desempenho dos alunos por serem o resultado subjetivo do aferimento do professor, mas o uso deles, por enquanto, parece ser mais que pertinente.

3. Os fatos históricos: eles ainda produzem conseqüências?

A ação feita é fato; aquela a ser feita é factível. A pesquisa histórica lida com fatos, isto é, com realizações humanas já ocorridas num lugar específico, em circunstâncias e épocas irreversíveis. O homem é vítima ou beneficiário dos resultados materiais por ele e com ele gerados na sua contínua relação com um mundo temporalmente definido:

um fato pode ser considerado como de importância histórica quando produziu conseqüências. Esclarecemos imediatamente, por precaução, que todos os fatos têm as suas, mas que estas são mais ou menos consideráveis numa escala humana, submetida, de resto, a uma constante revisão (GLENISSON, 1979: 127).

Ampliando a citação supra e de maneira bastante apriorística, assume-se, aqui, que nos dias de hoje se vive as *conseqüências* do impacto de inúmeros fatos notoriamente distribuídos em duas vertentes. Há os que, vistos a partir da contemporaneidade, simplesmente, retratam os avanços e as restrições atingidos por um povo em épocas anteriores; outros, transcendem a sua condição pretérita e prolongam, com relativa repercussão, seus efeitos até a atualidade. Aqueles são merecedores da admiração ou a indiferença; estes, fontes de inspiração para reafirmar projetos pessoais ou coletivos. A *importância histórica* de ambos tipos de fatos, sujeita-se a uma constante revisão oriunda da pesquisa e a reflexão crítica do historiador. Em razão disso, é ele quem define a intensidade das *conseqüências* ocasionadas pelas criações humanas; sem desmerecer, naturalmente, a diletante contribuição de outrem.

Machu Picchu, como evidência histórica; pertence à primeira vertente. É uma imensa cidadela que consagra sua existência secular de forma incólume, como inacreditável feitura de uma civilização que se

oferece quieta ao julgamento permanente das gerações que se sucedem. Constituída por

hemisclios que parecem assentar-se nas ladeiras erguidas e bosques frondosos, mais que como obra do homem, como natural anfiteatro nas árduas vertentes do Vilcabamba e brota das pedras milenares uma mensagem feita de silêncio e de mistério (BELAÚNDE, 1988: 9).

A ardente prosa de Belaúnde condensa uma embriagadora veneração pela cidade perdida dos incas. É o homem de hoje que sucumbe diante do esmagador encanto arquitetônico de ontem. Machu Picchu está aí onipresente e portentosa, irradiando um sereno enigma para a posteridade. Ela é um fato e, como tal, representa a operosa força criadora de um povo. Detrás de sua grandeza megalítica misturam-se a vontade e a fadiga de milhares de obscuras figuras humanas que a ergueu com tamanha perfeição. Decerto, a nobreza incaica, a classe sacerdotal ou a alta hierarquia militar não foram os que levaram de rastos as imensas pedras de sua estrutura. Como geralmente acontece na história, foi o homem do povo, o mais comum do conjunto social quem instalou Machu Picchu no cume de uma montanha andina. E, é daí que presta testemunho sobre a vitalidade de uma raça que desconheceu a fome e o ultraje, mas que, infelizmente, não conseguiu evitar a agressão perversa do homem branco que, segundo Tudorov, em nome de Deus e do Rei da Espanha, cometeu *o maior genocídio da história da humanidade*.

Por outro lado, os fatos que ultrapassam a sua singularidade de tempo ido e projetam, até inopinadamente, seus efeitos concretos aos momentos atuais, situam-se dentro da segunda vertente. Causa perplexidade observar, por exemplo, que após de quase seis décadas do fim da mais execrável página da história da humanidade ainda ecoem, hoje, as repulsivas consignas do nazismo. A segregação racial, a xenofobia, o preconceito sexual, cultural e religioso, o ódio irracional e outras inomináveis manifestações de intolerância coexistem com um mundo dilacerado pela fome, as doenças e a pobreza endêmicas. Insinua-se, manhosamente, a preeminência da raça ariana como sinônimo de progresso e de um dourado porvir para o gênero humano. E tudo isto sob o manto protetor da democracia. Ou seja, a condescendência das liberdades democráticas desempenhariam uma função provisória: o tempo suficiente que o neo-nazismo precisasse delas para instaurar sua abjeta tirania. A democracia seria o meio; a sua anulação, o fim. O *Demo-Kratos*, entendido como a soberania exercida pelo povo, sucumbiria diante da necidade do autoritarismo de uma raça supostamente onímoda.

Grupelhos latino-americanos como o Nuevo Triunfo, da Argentina, a Ação Integralista Brasileira, o Orgullo Skinhead, do Uruguai, o En el Sur del Mundo, do Chile ou o Movimento Nacional-Socialista Peruano; representam um anêmico saudosismo pelo führer (*Seig Heil*) e uma aversão impiedosa pelo semitismo (limpemos o mundo deste maldito sionismo). Esquecem-se, com surpreendente candura, que a identidade étnica deste continente possui a maior força inter-racial do planeta, onde as futuras gerações, a despeito de qualquer subestima, avançam na direção de um único tecido biológico universal, fruto da natural miscigenação historicamente inevitável.

Além desse hitlerismo tupiniquim a mídia surpreende o mundo com a ascensão da ultradireita austríaca com tintes neonazistas. O país onde nasceu Hitler conferiu ao Partido da Liberdade de Joerg Haider o segundo lugar nas eleições parlamentares de 3 de outubro de 1999. Nada menos que a maior votação obtida por um político racista e xenófobo da II pós-guerra que, explicitamente, exala repulsa pelos estrangeiros e enaltece a política econômica do III Reich. Não bastasse isso, em 13 de maio de 2001, o magnata Silvio Berlusconi é escolhido por uma coalizão de centro-direita, que inclui grupos neofascistas, primeiro ministro da Itália. Por enquanto, apregoa reestudar as leis de imigração; belíssimo eufemismo para esconder as suas intenções xenofóbicas. Tremenda "façanha", com certeza, deve ser um bálsamo para o orgulho ferido de alguns nacionalistas românticos que, atualmente, ainda "duvidam" se o holocausto foi judeu ou alemão. Ou, quem sabe, um estímulo para os chauvinistas que vêem no separatismo a forma mais apropriada de consolidar um arremedo da cultura eurocêntrica no sul do Brasil. A propósito, VARGAS LLOSA nos relata que os fanáticos

andam soltos também pela Europa nestes dias, tratando de criar ordens sociais tão perigosas e estúpidas como a dos fundamentalistas islâmicos do Meio Oriente. Saem à caça dos turcos, os ciganos, os judeus, os árabes e de quem tem outra cor de pele ou fala uma língua diferente. O "estrangeiro" tem sido sempre o inimigo para o homem de espírito tribal, para o primitivo que vive em perpétuo pânico das nebulosidades exteriores, do desconhecido e diferente. O fato de que estes grupos racistas e xenófobos sejam minoritários e que mereçam o repúdio da imensa maioria não deveria tranquilizar ninguém. O fascismo, o nazismo, o comunismo foram isso, no princípio: pequenos bandos de inspirados, convencidos de uma verdade tão contundente que podia ser inculcada a todo o mundo a sangue e fogo. Para que este mundo promiscuo e desordenado seja, finalmente, justo e perfeito (1994: 83-84).

A fé irredutível e a moral radicalizada descaracterizam a essência da espécie humana, enfraquece a espontaneidade e o natural convívio inerentes ao instinto gregário. Torna àquela que o professa num ser diferente entre seus congêneres, numa possibilidade a ser imitada ou, então, num fariseu desprezível. A mística intransigente é, de fato, assustadora pela sua imprevisibilidade, pois é dela que resultam tanto o heroísmo e o fanatismo, quanto feitos altruístas e crimes inefáveis.

O passado remoto dos incas que sobrevive em Machu Picchu e, o mais recente que diz respeito a aventura nazista, são dois fatos históricos com dinâmicas próprias. Acompanhando o já citado raciocínio de Glenisson, observa-se que ambos tem importância histórica para compreender as ilimitadas facetas das ações humanas. Eles produziram conseqüências que vão desde suas extraordinárias organizações sócio-econômicas até as agressões irracionais com vítimas e vitimários característicos, em tempos e espaços bem definidos e com objetivos bastante claros: a cobiça e o preconceito. Ainda, uma constante revisão desses dois acontecimentos leva a concluir que a invasão ibérica ao império incaico, com toda a crueldade que a caracterizou, deu passo ao surgimento de uma nova versão étnica, que Haya de la Torre designa de raça cósmica. Já, a desventura irreversível, triste legado da obtusidade nazista, reserva um espaço de reflexão sobre a estupidez inscrita na intolerância, na violência e no predomínio de uma bandeira da barbárie. O holocausto judeu, a devastação nuclear em Hiroxima e Nagasaki ou as experiências franquenstinianas com ciganos e homossexuais cometidas pelo diabólico bisturí do Dr. Menguele, jamais devem ser esquecidos pelos que detestam o autoritarismo e amam a liberdade.

Desculpe prezado leitor, mas às vezes não é possível disfarçar a indignação. Até parece que, nesta parte do artigo, foi adotada a digressão como método de análise e exposição. O que fazer, se perante semelhantes violações executadas contra a cultura e a vida dos homens não existe um minúsculo atenuante que justifique tamanho absurdo?

Nas escolas de todos os níveis e orientações, a função precípua dos professores está acima da mera transmissão de conhecimentos. Eles, potencialmente, são os agentes mais indicados para incentivar o debate permanente sobre temas de grande significância histórica. O racismo é um deles, uma vez que

a escola vai produzindo individualidades, construindo hierarquias, estabelecendo diferenças e faz isso porque funciona dentro do que aqui chamamos de lógica do racismo. E que lógica é essa? Segundo Foucault, é a lógica que classifica, que

normatiza, que hierarquiza e centraliza. É a lógica em que só um é bom, é puro, é normal. É a lógica que separa, estigmatiza, exclui. A lógica que manda para fora o diferente. Essa lógica que funciona dentro da escola fabrica nossa subjetividade, fazendo viver algumas práticas e deixando morrer outras (CERVI, 1998: 17-18).

A lógica do racismo impõe dois valores antípodas: um, o da superioridade; o outro, o da inferioridade. Este estatuto salta aos olhos no cotidiano da vida universitária. Na UFSM, não poucas vezes, se assiste ao “natural” distanciamento entre alunos gaúchos de origem européia e outros de pele mais escura, de procedência norte-nordestina ou estrangeira. Ou, então, é corriqueiro ouvir expressões como: “sou alemão sem nenhuma mistura”, “os meus avós pelos dois lados são italianos puros”, “nós, aqui no sul, trabalhamos feito doidos, enquanto que os cabeças chatas, de lá acima, fazem carnaval o ano todo”, “eu sou bem bugre, brasileiro mesmo, graças a Deus! “... Enfim, vão se estabelecendo as diferenças ... Entretanto, cabe aos bons mestres a árdua tarefa de levar à consciência de seus pupilos a mensagem de igualdade na esfera única da identidade nacional: a do povo brasileiro.

4. As fontes e suas críticas: subsídios ou problemas de pesquisa?

O relato de testemunhas oculares e as peculiaridades dos objetos que podem ser examinados de forma direta, são valiosos subsídios para a reconstituição do passado (fontes primárias). A transmissão oral de pessoas que ouviram narrações advindas de protagonistas de eventos marcantes é, do mesmo modo, bastante relevante (fontes secundárias). Agora, servir-se com absoluta determinação de uma fonte implica, necessariamente, a prévia constatação da sua autenticidade (crítica externa). Mas, a pura e simples verificação da fidedignidade só representa um dos primeiros passos da pesquisa histórica. Documentos ou cerâmicas podem ser autênticos e as versões orais comprovadamente verdadeiras; porém, qual é a contribuição que essas provas oferecem para o enriquecimento da produção historiográfica? Não resta dúvida: só a bagagem de conhecimentos teóricos, a experiência indagativa e a mente perspicaz do historiador, são os melhores predicados para julgar o mérito delas (crítica interna).

As colocações acima são bastante clássicas no jargão da ciência histórica; contudo, algumas considerações sobre elas são mais que necessárias. Por exemplo, com o avanço das ciências afins, a história

transpôs quase todas as avaliações que exige a fidedignidade das fontes primárias materiais. O próprio, contudo, não acontece com as informações orais fornecidas direta ou indiretamente. Vejamos o seguinte trecho:

Tenho considerado obsessivamente a oralidade como uma coisa absolutamente peruana. Eu creio, sigo acreditando, que os peruanos são maravilhosos narradores orais e que são seres que substituem a realidade, realmente a substituem, por uma nova realidade verbal que transcorre depois dos fatos (ECHENIQUE, 1994: 29-30).

Mesmo que os peruanos sejam maravilhosos narradores orais preocupa, ao mesmo tempo, que não consigam superar a crítica externa por reemplazarem a realidade por uma nova realidade verbal. Justifica-se esta atitude por dois motivos. Primeiro, toda descrição de acontecimentos ouvidos ou vividos submete-se a uma apreciação que se deriva de uma particular subjetividade alicerçada na cultura e na experiência do informante. Segundo, existe, por parte da fonte, uma natural necessidade de cultivar a própria auto-imagem e, assim, elevar a sua participação ou a do confidente a um patamar, de ordinário, admirável, diria-se quase heróico. Nessas circunstâncias, são poucas as alternativas ao alcance do pesquisador. Uma, seria deixar fluir a suspeita e a intuição diante do relato e; outra, conferir especial credibilidade às revelações que guardam maior coincidência. Para este fim, então, sugere-se entrevistar tantos informantes quantos necessários forem às exigências da elucidação do problema de pesquisa, obviamente.

Considera-se, também, importante o devido papel que as fontes históricas devem desempenhar no processo de compreensão dos eventos humanos. Reconstruir o passado a partir dos significantes de uma evidência não é tão instigante quanto compreender o presente como consequência das específicas circunstâncias que o provocaram. A propósito, para Nora

toda a época positivista acreditou que a existência das fontes e a possibilidade do seu exame exaustivo ditavam a problemática histórica, quando a inversa é que é verdadeira; é a problemática que faz nascer as fontes, praticamente inesgotáveis (Apud CARBONELL, 1981:127).

Com efeito, não é preciso apresentar um argumento de maior alcance para confirmar algo patente e claro demais. O raciocínio de Nora insere-se na lógica convencional da ciência, visto que o conhecimento é fruto da dúvida, do persistente questionamento que induz à problematização. Qualquer asserção consistente sobre o passado é produto de uma

preocupação que gira em torno do prurido do hoje e do agora. Por outras palavras, as fontes confirmam os fatos e, a compreensão destes, reduz as incertezas do problema de pesquisa.

No Programa de Pós-graduação em Educação da UFSM, pioneiro no país, encontra-se em fase conclusiva uma tese de doutorado que pretende resgatar, desde os primórdios até os dias de hoje, a belíssima trajetória do programa em menção. O autor conta que a curiosidade inicial sobre o tema foi grande e que, com o decorrer do tempo, se tornou obsessiva; enfim, numa meta a ser atingida, numa suspeita (problema) a ser desvendada. A pesquisa, de feição eminentemente histórica, só está, por enquanto, inacabada porque as fontes documentais e orais acham-se, lamentavelmente, dispersas. No entanto, o processo investigativo acompanha a formalidade do trajeto epistêmico; isto é, do problema à constatação criteriosa.

Bibliografia

- ALEGRÍA, Ciro. Lázaro. Buenos Aires: Losada, 1973.
- BELAÚNDE, Victor Andrés. *Unidad de la historia del Perú*. In VARCÁCEL, Carlos Daniel et. al. *Historia general de los peruanos*. Lima: Peisa, 1988.
- BOGGIO, Ana et al. *Cuesta Arriba ó Cuesta abajo?: Un Análisis crítico de los Textos de lectura de Primaria*. Lima: Descso, 1973.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *L'Historiographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.
- CERVI, Gicele. *Relações de poder-saber na escola e a lógica do racismo*. Brusque: Revista da Febe n°03, pp. 13-21, 1998.
- DECCA de, Edgar Salvadori. *Questões teórico-metodológico da história*. In Saviani Dermeval et. al. (orgs), *História e história da educação: O debate teórico metodológico atual*. São Paulo: Autores Associados, 1998.
- ECHENIQUE, Alfredo Bryce. *confesiones sobre el arte de vivir y escribir novelas*. In Los mundos de Alfredo Bryce Echenique. Lima: PUC, 1994.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- LLOSA, Mario Vargas. *Desafios a la libertad*. Lima: Peisa, 1994.
- _____. *La verdad de las mentiras: ensayos sobre la novela moderna*. Lima: Peisa, 1996.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

- ORTEGA Y GASSET. Sobre la razón histórica. Madrid: Revista do Occidente em Alianza Editorial, 1983.
- PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Resenha: *A história nova* de LE GOFF, Jaques. In Contribuições das ciências humanas para a educação. Brasília: Em Aberto, INEP, 1990.
- ROMERO, José Luis. La vida histórica. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1988.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos. *Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático*. In Silvio Sánchez Gamboa (org.), Pesquisa educacional: quantidade qualidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- VERISSIMO, Érico. Solo de clarineta: memórias. Porto Alegre: Globo, 1975.

Eduardo Ayala é professor Titular do Departamento de Administração Escolar/CE/UFSM (RS). PhD em Educação pela Universidade de Pittsburgh, USA.

E-mail: eduayala@ibest.com.br

Martha Zevallos é acadêmica do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta/ UNICRUZ (RS).